

IX COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO REPRESENTADO NAS MERCADORIAS NO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA ¹

**Monique Bronzoni Damascena (professora);
Carlos Nelson dos Reis (professor);
Bruna Silva de Mattos (acadêmica).**

GT 6: Trabalho e Produção

1 INTRODUÇÃO

A proposta da abordagem parte do estudo da essência do fenômeno em análise, o trabalho, sob seu caráter histórico-estrutural. O trabalho é incorporado à sociedade de mercado como meio de acúmulo de riquezas, e toda a estrutura social está direcionada às relações sociais criadas e recriadas sobre o sistema econômico capitalista. Trata-se, portanto, de um assunto de grande complexidade, o que dificulta os estudos e a crítica nas diferentes áreas de conhecimento.

A discussão do trabalho na sua gênese tenta, portanto, resgatar o encontro do social com o econômico, do homem com outro homem e a natureza. O que faz o homem um ser social dentro da sociabilidade construída historicamente. Diante da base material da vida social e na relações sociais que envolvem essa produção; “[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (Marx, 2008, p. 47). Sendo assim, explicar a base material da reprodução da vida humana é ir à radicalidade do fenômeno e, diante disso, extrair as suas determinações, do qual o trabalho e os instrumentos são constituintes. Partes, portanto, do modo de (re)produção da vida material, que condiciona a vida social, política e intelectual dos seres sociais historicamente.

¹ O estudo compõe parte do referencial teórico desenvolvido para a tese de doutorado intitulada “Uma Análise Marxiana do Direito ao Trabalho: da Normatização à Execução no Brasil”, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS.

Diante da necessidade de aprofundamento do estudo sobre o trabalho, a perspectiva que este trabalho se filia é a teoria social crítica, a partir de Marx e Lukács, a fim de aprender qual a essência do trabalho e seu ponto de desenvolvimento da capacidade de emancipação humana. Propõe-se, para tanto, o estudo categorial e a construção de um esquema para a melhor apreensão e discussão do assunto.

2 A ESSÊNCIA DO TRABALHO

O trabalho emerge da necessidade da manutenção da vida do homem na criação de instrumentos que satisfaçam as suas necessidades básicas, ou da fantasia. Parte-se da relação do homem interagindo com a natureza na criação desses objetos úteis, que ao decorrer do tempo foram intitulados como mercadorias. “Isso é trabalho, ou seja, uma transformação intencional da natureza [...] que implica a fabricação de instrumentos necessários a essa tarefa” (MARX; ENGELS, 2009, p.13). É a atividade que transforma de maneira proposital a natureza, com o objetivo de extrair dela os meios para a manutenção da vida e a satisfação de desejos. O trabalho reside na transformação intencional, que é o que diferencia o trabalho do homem dos demais seres vivos.

Define-se o trabalho como sendo uma categoria fundante do mundo dos homens e que expressa, portanto, as suas condições de existência no seu caráter originário. Na sua inter-relação com a natureza, na produção de objetos úteis para a manutenção das suas necessidades materiais e sociais, o trabalho se transforma e se autoproduz na relação com outros homens. “[...] ao transformar a natureza, os homens não produzem apenas os bens materiais necessários à sua existência, mas também a si mesmos e às suas relações sociais. São eles que se criam inteiramente a si mesmos e a toda realidade social, através da atividade coletiva” (MARX; ENGELS, 2009, p.13).

Os elementos essenciais do trabalho, aqueles que o caracterizam, são o seu poder de transformação e autoatividade². Parte daí a sua essência: “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 34). Da luta pela existência advém a transformação da natureza em bens para a sua existência,

² Para Karl Marx, “a forma não alienada de atividade humana [...] passa a receber o nome de ‘autoatividade’” (BOTTOMORE, 2013 [1983], p. 463).

e ao elaborar essa base material desvinculada de processos alienantes do produto final de seu trabalho, constroem-se os pressupostos para a sua subjetividade individual e coletiva.

O processo de transformação da natureza culminou na efetivação do caráter de transição do homem, o salto ontológico, que o retirou das determinações meramente biológicas e o transformou em um ser social. Advindo da inter-relação homem-natureza com sua atividade coletiva, recriou, portanto, a si mesmo e as relações sociais com outros trabalhadores, mantendo uma constante mudança na realidade social.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35).

Esse caráter do trabalho é importante, pois demonstra seu aprimoramento e complexificação. O salto ontológico está na passagem do trabalho, voltado para a manutenção das necessidades biológicas, que passa a desenvolver uma relação mais complexa, no âmbito das relações sociais, ou seja, “ao mesmo tempo em que cumpre sua finalidade laborativa de maneira objetiva, o ser humano também processa as etapas de formação de sua subjetividade” (SANTOS, 2009, p. 98). O ser social, nesse sentido, ao trabalhar na transformação da natureza para a manutenção da sua vida, também trabalha na formação da sua subjetividade. Autotransforma-se por meio da sua autoatividade, porque possui a capacidade de pensar sobre os meios (instrumentos, relações sociais e realidade social) pelos quais pode desenvolver melhor o trabalho.

Para a abstração do trabalho e explicação das suas formas e expressões mais desenvolvidas, faz-se necessário recorrer aos fatores originários do seu *valor*, uma vez que, a “dialética do trabalho é mediada pelo valor” (COUTINHO, 1997, p. 59). Parte disso, um duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias, denominadas por *valor de uso* e *valor de troca*.

O valor de uso é a gênese do trabalho, que emerge da necessidade da manutenção da existência humana e da utilidade de uma coisa. “O valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução da sua

existência” (LUKÁCS, 2013, p. 35). Nesse sentido, toda a coisa, instrumento ou produto, é pensado para um fim ou pôr teleológico³.

No valor de uso, “[...] ainda temos exclusivamente uma inter-relação entre o homem e a natureza e não entre o homem e o homem ou entre o homem e a sociedade, que o puro caráter cognitivo dos atos está preservado de modo menos alterado que nos níveis superiores” (LUKÁCS, 2013). Por ser gênese, ainda nesse estágio, preservam-se as características fundamentais do trabalho, porque há a quase inexistente intervenção dos interesses sociais e econômicos vistos no processo de transformação do produto do trabalho em mercadoria, e tudo isso culmina no valor de troca.

Um aspecto interessante no valor de uso, além da preservação das características essenciais do trabalho, é a expressão dos fins do trabalho (pôr teleológico) por meio do que o causa (pôr da causalidade). O pôr da causalidade se expressa por meio dos instrumentos no processo de trabalho. Para o trabalhador, nesse processo, reside o seu comportamento no trabalho e em relação a si mesmo. Sendo assim, essa expressão remete a essência ontológica do ser social no trabalho, o seu dever-ser. Assim, quando há uma finalidade nesse trabalho, há um futuro definido, devido há um agir ou comportamento conduzido pelo dever-ser. Todavia, esse aspecto do ser social é mantido por decisões que perpassam o campo da ética, ao qual a sua finalidade será conduzida (LUKÁCS, 2013).

Por valor de troca, compreende-se a relação de quantificação do valor de uso permutável. Ou seja, o valor de troca, mais que uma expressão quantitativa do valor de uso, exprime-se como um processo que necessita a criação de um resultado que satisfaça as condições da sua comercialização, e não adquire realidade senão no processo de consumo (comercialização). Necessita ser determinado por um equivalente geral que corresponda ao tempo necessário para produzir determinado produto. Esse equivalente geral é determinado por objetos que possuem diferentes valores de uso que se equivalem no seu valor de troca. Portanto, ambos apresentam o mesmo *valor* de trabalho.

É preciso, portanto, que os trabalhos que se manifestam nessas mercadorias sejam idênticos ou uniformes. Criando esse equivalente, há uma possibilidade de se medir, por meio da quantificação dos valores de uso, que, em realidade se convertem em valores de troca, as mercadorias (MARX, 2008; 2013).

³ Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo, baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos (LUKÁCS, 2013, p. 40).

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 157).

Sendo assim, a mercadoria encontra-se como um pôr teleológico, o fim último pelo qual o trabalho foi empregado, agregado pela inter-relação do valor de uso, com todas as objeções já sinalizadas, e do seu valor de troca, do qual o valor (equivalente geral) da mercadoria significa a principal finalidade.

Nesse sentido, está indissolúvelmente ligado ao problema do dever-ser, enquanto categoria do ser social, o problema do *valor*. Apesar de ser um aspecto separado, ele é interdependente, pois tanto o dever-ser como o valor são momentos de um único e mesmo complexo comum, e influenciam na abstração do produto, nas consequências positivas e negativas e nas relações sociais advindas desse processo.

O problema do valor para o dever-ser reside justamente nisso, na não separação da abstração de ambos, “uma vez que o valor influi predominantemente sobre o pôr do fim e é o princípio de avaliação do produto realizado, ao passo que o dever-ser funciona mais como regulador do próprio processo [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 79). Para uma melhor visualização de como se procede o duplo caráter do trabalho, representado nas mercadorias que são o valor de uso e o valor de troca, com as suas estruturas dinâmicas, o pôr da causalidade e o pôr teleológico, elaborou-se a seguinte figura (Figura 1):



Fonte: Sistematização da autora, a partir de Lukács (2013).

Na figura, parte-se da ação do trabalho para se chegar à mercadoria. A seta horizontal simboliza o processo percorrido para se chegar ao objetivo. No primeiro momento estão expressas as características fundamentais do trabalho, que culminam nas seguintes variações: no âmbito do ser social, com o valor de uso e dever-ser; e, com o produto do trabalho, o valor de troca e valor. Ambos são aspectos que desenvolvem, respectivamente, segundo Lukács (2013): desenvolvimento da personalidade (campo da ética) e desenvolvimento das capacidades humanas (forças produtivas). O ponto no eixo sinalizado pela seta vertical acena o segmento que corresponde a inter-relação entre homem e sociedade por meio da comercialização ou consumo. O valor de uso e o valor de troca nesse processo são interdependentes na representação do duplo caráter do trabalho nas mercadorias; assim como, as suas estruturas dinâmicas, o dever-ser e o valor.

O processo de trabalho realiza-se na relação entre homem e natureza, do qual o pôr da causalidade se expressa no produto do trabalho. Entretanto, o “processo de trabalho – mesmo o mais primitivo, nunca se trata simplesmente da execução mecânica de um fim posto” (LUKÁCS, 2013, p. 54), ou seja, está para além do desenvolvimento das capacidades humanas. Ao produzir algo, envolve-se a relação dialética do pôr teleológico, a teleologia que se expressa na consciência e na liberdade de decidir frente às alternativas de posições teleológicas futuras.

Em função disso, as necessidades sociais pressionam as escolhas. “Desse modo, a alternativa se amplia até ser a alternativa de uma atividade certa ou errada, de modo a dar vida a categorias que somente se tornam formas da realidade no processo de trabalho” (LUKÁCS, 2013, p. 54). Portanto, o processo de trabalho está envolto, também, de uma escolha ética devido a necessidade social de aperfeiçoamento constante do trabalho. O ser social, nesse processo, está a todo momento tomando para si e, conseqüentemente, para o coletivo, escolhas que se expressam no seu dever-ser.

Os desdobramentos das ações que visam à intensificação do trabalho, por meio da divisão do trabalho, com fins de agregar o máximo de valor à mercadoria, são expressões complexificadas desse duplo caráter do trabalho, que se encobrem em meio à dinâmica do sistema econômico. Logo, “[...] a divisão do trabalho, mediada e posta em marcha pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de seu melhor aproveitamento interno” (LUKÁCS, 2013, p. 84). Portanto, é um desdobramento do valor de troca, em que a divisão do trabalho significa economia de tempo e, com isso, amplia-se o pôr teleológico final, o valor.

No transcorrer da histórica, podem-se ver essas relações e as suas diferentes interfaces na evolução e na organização do trabalho⁴. Agrega-se a isso, a presença de outros elementos que determinarão as características ideológicas, políticas, econômicas e culturais do trabalho nas diferentes fases da existência social.

Ao considerar a essência do trabalho (autotransformação e autoatividade), concluindo-se que, muitas das derivações da evolução e da organização do trabalho poderiam vir a não preservar os elementos da sua essência, todavia, ainda assim, haveria semelhanças e uma extrema valorização dessas expressões tidas como trabalho.

Das estruturas de explicação do valor do trabalho e do seu produto, parte a necessidade de apreensão da forma como o trabalho se expressa. A inter-relação já foi auferida no duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias, que equivalem para as formas de trabalho, quer dizer, para cada valor há um tipo de expressão do trabalho encontrado nesse processo, quais sejam: o trabalho concreto, autotransformador, que tem a capacidade de transformar a natureza para a sua subsistência e, também, a subjetividade do trabalhador; e o trabalho abstrato, regido pelo salário. Em outras palavras, tem-se o trabalho concreto, criador de valores de uso, e o trabalho abstrato, criador de valores de troca.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (Marx, 2013, p. 172).

A partir disso, é possível verificar a relação direta do tipo de trabalho que gera a determinação de seu valor. O trabalho concreto, ao se expressar no valor de uso, está ligado diretamente à relação entre homem e natureza, assim como o trabalho abstrato ao valor de troca expresso na mercadoria.

A transformação do trabalho concreto em abstrato perfaz a essência da mercadoria em sua dinâmica no ser. Sendo assim, a passagem do produto do trabalho de objetivação natural (valor de uso) para objetivação social (valor de troca), não se limita somente ao seu fim teleológico (mercadoria), “[...] mas determina o papel social e a função social das objetivações no complexo dinâmico dos processos socioeconômicos” (LUKÁCS, 2013, p. 481-482).

⁴ A evolução do trabalho apresenta as seguintes fases: patriarcado, escravidão, casta, servidão, corporações de ofício, liberdade do trabalho e contrato de trabalho. E, na organização do trabalho: taylorismo-fordismo e flexível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para explicar o fenômeno, o estudo propôs-se à realização de uma análise fundamentada em Marx e Lukács capaz de explicar, a partir da essência do trabalho, a sua constituição da mercadoria. Todavia, concluiu-se que, a essência do trabalho foi apartada do ser social – o que deixou em profunda desvantagem o desenvolvimento da personalidade humana (que abrange o dever-ser, da ética, em favor da práxis social). Logo, não seria diferente a sua compreensão no campo das áreas de conhecimento (social e econômico), divididos e apartados da totalidade de sua compreensão.

Nessa segmentação, o trabalho tornou-se abstrato, igual e geral na sua dinâmica, produtor de valores de troca, regido pelo salário, subordinado ao empregador e subsumido às leis do mercado. Sua constituição foi invertida na relação entre coisas, incapacitando a autotransformação do trabalho e do trabalhador. Por isso, uma análise marxista sobre o tema, aprofunda conceitos como trabalho concreto e trabalho abstrato (e suas sínteses) para explicar esse fenômeno social a partir das suas diferentes determinações.

Por fim, a estrutura econômica que molda o social tem priorizado desde sempre o acúmulo de riquezas de poucos em relação ao sacrifício, pobreza e miséria de muitos. Esse sistema econômico que criou um modo de viver com a constituição da sociedade de mercado molda a vida dos seres sociais a partir da manutenção e reprodução do seu sistema. Com isso, o trabalho perde a sua dinâmica dialética e volta-se somente a uma de suas faces, a do trabalho abstrato.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. [1983]. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COUTINHO, M. *Marx: notas sobre a Teoria do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, 2 [recurso eletrônico]. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O capital: crítica de economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, R. E. d. *Notas sobre a importância do trabalho na ontologia de Georg Lukács*. Revista Estudos Filosóficos. São João del Rei: DFIME – UFSJ: 86-100 p. 2009.